DF CARF MF Fl. 149

> S2-TE01 Fl. 149

> > 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS 30 10120.006

SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº

10120.006540/2009-31

Recurso nº

Embargos

Acórdão nº

2801-003.793 - 1^a Turma Especial

Sessão de

04 de novembro de 2014

Matéria

IRPF

Embargante

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

Interessado

ACÓRDÃO GERAÍ

ALBA LUCINIA DE CASTRO DAYRELL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2006

EMBARGOS DE INONIMADOS. MATERIAL.AUSÊNCIA ERRO DE ALTERAÇÃO NO RESULTADO DO JULGAMENTO.RERRATIFICAÇÃO DO

ACÓRDÃO.

Constatada a existência de omissão no acórdão embargado, devem ser acolhidos os embargos de declaração de forma a sanar o vício apontado.

Não havendo alteração do resultado do julgamento proferido no acórdão

embargado, este deve ser rerratificado.

Embargos Acolhidos sem Efeitos Infringentes.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolher os embargos, sem efeitos infringentes, para corrigir o erro material apontado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia, sem alteração do resultado do julgamento.

Assinado digitalmente

Tânia Mara Paschoalin – Presidente

Assinado digitalmente

José Valdemir da Silva - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Tânia Mara Paschoalin, Flavio Araújo Rodrigues Torres, José Valdemir da Silva, Carlos César Quadros Pierre, Marcelo Vasconcelos de Almeida e Marcio Henrique Sales Parada.

Relatório

Tratam estes autos da decisão constante do Acórdão nº 2801-003.303, da Primeira Turma Especial da Segunda Seção do CARF, proferida em sessão plenária ocorrida em 20 de novembro de 2013.

Após prolatado e publicado o acórdão, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia determinou o retorno do presente processo ao CARF para saneamento, tendo em vista que:

o julgador de segunda instância se equivocou na discriminação do exercício, objeto da notificação, pois mencionou 2007, em vez de 2006 e no item Voto, mencionou o número do acórdão proferido para o processo 10120.006539/2009-14, como se observa no trecho abaixo:

"Inicialmente, convém ressaltar que, em 14/08/2012, foi proferido **o Acórdão nº 2801- 002.612** – Desta Turma Especial – CARF".

Restando evidente o erro material apontado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia e com base no fundamento no artigo 66, do Anexo II, do Regimento Interno do CARF (embargos inominados por inexatidão material devida a lapso manifesto), os embargos foram acolhidos para submeter o recurso voluntário a nova apreciação pelos membros da Primeira Turma Especial da Segunda Seção do CARF

É o relatório.

Voto

Conselheiro José Valdemir da Silva, Relator

Os embargos são tempestivos e atendem às demais condições de admissibilidade, portanto merecem ser conhecidos.

É de se reparar o equívoco cometido na ementa do acórdão embargado quanto à discriminação do exercício pois o presente caso refere-se ao exercício 2006, cuja ementa passa ser a seguinte:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Exercício: 2006

DESPESAS MÉDICAS. GLOSA. AUSENCIA DE REQUISITO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO.

A eficácia da prova de despesas médicas, para fins de dedução da base de cálculo do imposto de renda pessoa física, está condicionada ao atendimento de requisitos objetivos, previstos Processo nº 10120.006540/2009-31 Acórdão n.º **2801-003.793** **S2-TE01** Fl. 151

em lei, e de requisitos de julgamento baseados em critérios de razoabilidade

Recurso Voluntário Negado

Também foi mencionado erroneamente no acórdão embargado que,: em 14/08/2012, foi proferido **o Acórdão nº 2801- 002.612** – Desta Turma Especial – CARF".

A informação correta é:

Inicialmente, convém ressaltar que, em 14/08/2012, foi proferido o Acórdão nº 2801- 002.613 – Desta Turma Especial – CARF.

Ante o exposto, voto por acolher os embargos, sem efeitos infringentes, para corrigir o erro material apontado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia, sem alteração do resultado do julgamento.

Assinado digitalmente

José Valdemir da Silva